

Manifestação em Montes Claros provoca adiamento de audiências

Durante o protesto, manifestantes agrediram um policial militar.
Expediente do Fórum foi suspenso para evitar novos conflitos.

A manifestação realizada na terça-feira (27) no Fórum Gonçalves Chaves em Montes Claros, Norte de Minas Gerais, provocou o adiamento de algumas audiências que seriam realizadas no período da tarde. Por causa do tumulto gerado durante o protesto, o diretor do Fórum, Richardson Brant Xavier, baixou uma portaria suspendendo o expediente para que a tropa de choque retirasse os manifestantes. Por causa desta portaria, algumas audiências não puderam ser realizadas.



Policia teve de intervir em alguns momentos para controlar a situação. (Foto: Valdivan Veloso)

"Nas ações penais a prescrição é algo que deve ser observado. A dilação de algum prazo a remarcação de uma audiência pode gerar uma circunstância ou outra de prescrição. Assim a punição do Estado para um acusado pode não acontecer por causa do adiamento de uma audiência", explica o presidente da Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB), Álvaro Guilherme.

Os manifestantes pediam a revogação de liminar para reintegração de posse de uma área ocupada por eles. A manifestação, que se iniciou pacificamente, ficou tensa e a tropa de choque foi chamada para ajudar na

segurança do local. Durante o protesto, quatro manifestantes foram presos.

"Quando começou o protesto, eu estava presidindo um Júri e solicitei a um líder do movimento para se acalmarem e esperarem até que a juíza Cibele Maria chegasse. Neste momento ele disse que desta forma não iria haver julgamentos no Fórum. Então dei voz de prisão a ele e eles agrediram o policial que iria efetuar a prisão", afirma o juiz Francisco Lacerda.



Presidente da AMAGIS ao lado da juíza Cibele Maria. (Foto: Valdivan Veloso/G1)

Nesta quinta-feira (29), o presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais, Hebert Carneiro, esteve na cidade e afirmou repudiar as ações dos manifestantes. "Vim aqui prestar apoio à juíza Cibele Maria que proferiu uma decisão totalmente fundamentada. É inaceitável esta situação que se passou aqui no Fórum. Isso foi um desrespeito à decisão de uma juíza honrada em Minas Gerais", diz o presidente.

Ainda segundo Carneiro, "quando a pessoa não contenta com a decisão proferida ela tem de recorrer da decisão. Este é o caminho que está na própria lei. Não justifica estas pessoas vir até o Fórum e agredir as pessoas", completa.



Hebert Carneiro concede entrevistas à imprensa local.

■ PODERES

Presidente do STF critica instalação de tribunal no estado a partir de emenda aprovada pelo Congresso. Para ele, só o Judiciário tem competência para propor mudanças na sua estrutura

Barbosa contra TRF de Minas

BERTHA MAAKAROUN

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, criticou em Ouro Preto a instalação do Tribunal Regional Federal da Sétima Região em Minas Gerais, criado por meio da Emenda Constitucional 73/2013, promulgada pelo Congresso Nacional em junho do ano passado. Segundo ele, apenas o Poder Judiciário pode propor mudanças em sua estrutura. "Isso é uma regra de fortalecimento do Poder Judiciário. Já imaginaram se em determinado momento, um outro poder, insatisfeito com decisões de determinado ramo da Justiça, resolve mexer na sua estrutura?", questionou, em referência ao Poder Legislativo. Indagado se a emenda constitucional promulgada após tramitar por 11 anos nas duas casas legislativas seria inconstitucional, Barbosa assinalou: "Eu tomei decisão nesse sentido. O pleno do Supremo Tribunal Federal vai decidir se assim entende. Eu entendi assim", afirmou.

De autoria do então senador mineiro Arlindo Porto, em 2002, a emenda constitucional foi o resultado de debates intensos no Congresso Nacional. Ela cria quatro tribunais regionais federais: de Minas – o que desafogaria a Justiça Federal em 13 estados, além do Distrito Federal, que hoje são atendidos pelo TRF da Primeira Região, com sede em Brasília –, do Amazonas, Bahia e Paraná. Em meio a muita polêmica

e embate com magistrados federais que lutaram pela aprovação da matéria, Barbosa concedeu em julho liminar à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 5.017, ajuizada no STF pela Associação Nacional de Procuradores Federais (Anpaf), questionando a emenda. A ação foi distribuída para o ministro Luiz Fux. Não há previsão de quando a Adin será incluída em pauta.

Ao se manifestar, a Procuradoria Geral da República se mostrou favorável à criação dos quatro TRFs conforme estabelece a Emenda à Constituição (EC) 73/13, entendendo ser improcedente a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Anpaf. Em seu parecer, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirma que, a ausência de dotação orçamentária para despesas com pessoal não leva à declaração de inconstitucionalidade da norma, somente lhe impede a aplicação no respectivo exercício financeiro. Para o procurador, os "ajustes serão necessários, é certo, mas, como dito, trata-se de medidas próprias de órgãos administrativos que precisam adaptar-se à realidade mutante do serviço público".

A questão que se discute é se o Poder Judiciário vai ter um modelo único ou vai demandar mudanças. Se vai haver mudanças, a quem compete a iniciativa, já que a Constituição Federal não dotou o Poder Judiciário de competência para apresentar propostas de emenda constitucional. O Poder Judiciário pode propor leis, mas a mudança de

es me con tivada dos e O Justiça Hercu "prime tribun na. "Na com essa estados o gional Fed enquanto mais de 60

SEM LEGITIMIDADE Entidades que representam os magistrados criticaram a posição do ministro. O vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Ivanir César Ireno, afirmou discordar da tese de Joaquim Barbosa, pois a emenda aprovada pelo parlamento não é inconstitucional, como defende a Anpaf. "Essa associação nem sequer tem legitimidade para entrar com Adin. Associações só podem entrar com Adin em assuntos do interesse direto delas. Nesse caso, a criação dos tribunais em nada afeta a carreira dos procuradores. A maioria dos advogados da União é favorável, na verdade."

Ireno disse ainda que a Ajufe compartilha da ideia de que o Senado e a Câmara dos Deputados não podem se valer de emendas constitucionais para enfraquecer o Judiciário, mas afirma que a criação dos tribunais não é prejudicial ao Poder. "A gente comunga dessa preocupação. Mas onde essa medida está enfraque-

cendo?", indagou o juiz, que lembrou da morosidade da Justiça Federal. Atualmente, os recursos levam de quatro a cinco anos para serem apreciados.

O juiz federal afirmou que a associação respeitará a decisão do STF, mas confirmou que o caso há de ser julgado.

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) se manifestou por meio de nota, em que o presidente da instituição, o desembargador Herbert José Almeida Carneiro, mantém apoio ao TRF para Minas Gerais, o que "representa mais cidadania e maior jurisdição" para o estado, que concentra 70% da demanda federal.

Europa sobre questões constitucionais, que debate a proteção dos direitos econômicos e sociais em tempos de crise econômica. Ambos são observadores independentes. Barbosa sugeriu ontem a criação de uma comissão coirmã com a de Venezuela para a América Latina. (Colaborou JF)

DE SAÍDA?

Apesar das especulações de que deixará o Supremo Tribunal Federal (STF) ao fim de seu mandato na Presidência da Corte, o ministro Joaquim Barbosa disse ontem que ainda não se decidiu e que refletiu o assunto nas últimas semanas e refletirá nas próximas. Ele evitou fazer comentários quando perguntado sobre como será a sua relação com o ministro Ricardo Lewandowski, que o sucederá no cargo a partir de novembro. Barbosa e Lewandowski protagonizaram verdadeiros embates durante o julgamento do processo do mensalão.

2

ESTADO DE MINAS • QUINTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2014

POLÍTICA

BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

EM DIA COM A POLÍTICA

O teto salarial dos magistrados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é um pequeno retrato da composição do plenário, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados. E a CCJ do Senado aprovou ontem a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que institui adicional por tempo de serviço a magistrados e integrantes do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais. Na prática, a proposta acaba com o teto salarial vigente hoje, que é de R\$ 29,4 mil. Os adicionais começam em 5% e não podem ultrapassar 35%.

O governo fez o possível para evitar a aprovação, alegando que, só para a União, o gasto pode chegar a R\$ 450 milhões por ano. Nos estados, já combalidos com perda de receitas por causa de desonerações feitas pelo governo federal em impostos compartilhados, será maior ainda.

O problema é que a recíproca também é verdadeira. Ministros de tribunais superiores, juízes, procuradores e promotores precisam ser bem remunerados para não se renderem a tentações e terem condições de exercer suas funções com total independência. Cria-se uma situação de se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Mas há solução.

Será que o Brasil precisa mesmo de ter 39 ministérios ou secretarias e órgãos com esse status? Será preciso um ministro para cuidar da pesca, outro da agricultura e pecuária? Um se preocupa com o peixe, o outro com o boi. Tem um só para tratar da aviação civil. E mais um para ficar de olho nos portos. É claro que tem algo errado.

Afinal, todos os ministérios incluem uma coleção de funcionários comissionados – de recrutamento amplo, que não prestaram concurso público e, na maioria das vezes, ligados aos próprios ministros.

Já imaginou uma drástica redução do número de ministérios? Provavelmente renderia uma economia capaz de pagar aos magistrados e integrantes do Ministério Público um salário mais justo.

QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2014 ★ ★ ★ **opinião A5**

PAINEL DO LEITOR

A seção recebe mensagens pelo e-mail leitor@uol.com.br, pelo fax (11) 3223-1644 e no endereço al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos.

Revistas vexatórias

Com relação ao editorial “Barbárie íntima” (“Opinião”, 4/5), o CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) igualmente repudia as humilhações e as arbitrariedades sofridas por parentes de presos em visitas e reafirma sua posição, explicitada na resolução nº 4, de 29/6/2011, na qual recomenda aos departamentos penitenciários estaduais e órgãos congêneres que seja assegurado o direito constitucional à visita à pessoa presa.

HERBERT CARNEIRO, desembargador e presidente do CNPCP (Belo Horizonte, MG)

Literatura

A Academia de Letras do Ministério Público (AMMP), a Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis) e a Imprensa Oficial de Minas Gerais lançam o primeiro concurso de contos da juventude. Poderão participar do concurso alunos regularmente matriculados em escolas do ensino médio residentes e domiciliados nas cidades de Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia, Varginha e cidades circunvizinhas. As inscrições estão abertas até o dia 30.5. Informações adicionais ou esclarecimentos de interesse dos candidatos poderão ser obtidos por meio do e-mail comunicacao@iof.mg.gov.br. Os textos poderão ser entregues pessoalmente, sob protocolo, ou enviados pelo correio à regional da Amagis.

Livros a mancheias

MANOEL HYGINO

Jornalista

manoelhygino@santacasabhb.org.br



Os mineiros não param, embora se diga que São Paulo é que não pode parar. Na indústria, no comércio, na produção leiteira e cafeeira, na indústria automobilística, no cinema, no teatro, na música, enfim, em toda atividade produtiva material, artística, cultural, política, científica.

E também na ação literária. Em abril, instituições culturais de Mariana, à frente a Aldrava Letras e Artes, unindo-se a entidades portuguesas e espanholas, estiveram presentes à Semana de Arte Aldrevista. O objetivo foi, em Madri, lançar, divulgar e promover a nova forma de poesia criada por um grupo de poetas mineiros, inclusive já estendida ao exterior.

No último sábado, a Secretaria Municipal de Educação de Mariana, autores do Movimento Aldrevista e idealizadores do Projeto Poesia Viva distribuíram livros do seu Kit "Poesia Vive a Família" na Escola Municipal do distrito de Serra do Carmo. É um projeto já focalizado na TV pelo Fantástico, já tendo distribuído 24 mil exemplares, obedecendo ao aconselhamento de Castro Alves para o livro ser disseminado a mancheias, para fazer o povo pensar.

Dentro desse princípio, aliás, a Academia Mineira de Letras lançou, há algum tempo na capital, o projeto Livro de Graça na Praça e, recentemente, levou obras doadas por acadêmicos ao município de Morro da Pedra, cidade natal do presidente Olavo Romano. Mais recentemente ainda, fôrmou-se parceria da AML com a Academia de Letras do Ministério Público, a Associação dos Magistrados de Minas Gerais e a Imprensa Oficial do Estado.

Instituiu-se, assim, o I Concurso de Contos da Juventude, com inscrições até o próximo dia 30. Magistrados, acadêmicos, escritores, poetas e jornalistas desejam, com a medida, incentivar o fazer literário e a cultura mineira. Com a conjugação de forças e esforços quer-se consumir o propósito fundamental de estimular o talento de nossa juventude no campo da produção literária.

As informações de que disponho acrescentam que alunos matriculados em escolas de ensino médio, públicas ou particulares, em Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia, Varginha e circunvizinhas, podem concorrer, conforme regulamento publicado no órgão oficial do Estado.

Os originais escolhidos serão editados em livro pela Imprensa Oficial, não havendo prêmios em dinheiro. Os autores receberão diploma e 20 exemplares do trabalho premiado. Este será também distribuído no encontro Livro de Graça na Praça, em setembro deste ano, podendo os concorrentes participar pessoalmente.

Bom registrar que, este mês, por sinal, Belo Horizonte se transformou em verdadeira capital dos museus brasileiros. Presente Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, membro da AML e presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), discutiu-se a problemática desse grande segmento dessa atividade, que tem em Minas Gerais um de seus maiores polos.

Quem lê os jornais cá da terra, constatará também que a agenda cultural e artística da capital e das principais cidades do interior está ampla e altamente atrativa. Nem só de futebol se alimenta nossa gente. Ainda bem.

Membro da Academia Mineira de Letras

